

BOLSA DE AVALIADORES EXTERNOS

Despacho Normativo 24/2012

Objeto (artigo 1)

- O presente despacho regulamenta o processo de constituição e funcionamento da bolsa de avaliadores externos, com vista à avaliação externa da dimensão científica e pedagógica prevista no Decreto Regulamentar nº26/2012, de 21 de fevereiro.

Constituição da Bolsa (artigo 2º)

1. Em cada Centro de Formação de Associação de Escolas, adiante designado por CFAE, é constituída uma bolsa de avaliadores responsáveis pela avaliação externa da dimensão científica e pedagógica do processo de avaliação de desempenho docente.

Constituição da Bolsa (artigo 2º)

2. A bolsa de avaliadores externos é composta por docentes de todos os grupos de recrutamento que reúnam cumulativamente as seguintes condições:

Constituição da Bolsa (artigo 2º)

- Estar integrado no 4º escalão ou superior da carreira docente;

Constituição da Bolsa (artigo 2º)

- Ser titular de grau de doutor, mestre ou ter formação especializada em avaliação de desempenho docente ou supervisão pedagógica ou experiência profissional no exercício de funções de supervisão pedagógica que integrem a observação de aulas.

Coordenador da bolsa de avaliadores externos (artigo 3º)

1

1. O diretor do CFAE exerce as funções de coordenação e gestão da bolsa de avaliadores externos.
2. No âmbito da gestão da bolsa dos avaliadores externos, compete ao coordenador da bolsa de avaliadores externos:

Coordenador da bolsa de avaliadores externos (artigo 3º)

1

- a) Desenvolver os procedimentos necessários à constituição e atualização da bolsa de avaliadores previstos nos termos estabelecidos nos termos estabelecidos no presente despacho normativo;

Coordenador da bolsa de avaliadores externos (artigo 3º)

- b) Calendarizar os procedimentos de avaliação externa previstos no presente despacho com respeito pelos prazos nele expressamente indicados, com divulgação aos intervenientes do respetivo CFAE;

Coordenador da bolsa de avaliadores externos (artigo 3º)

- c) Afetar o avaliador externo a cada avaliado, nos termos do artigo 5º do presente diploma;

Coordenador da bolsa de avaliadores externos (artigo 3º)

- d) Apoiar os avaliadores e monitorizar a implementação do processo de avaliação externa do desempenho docente.

Competências dos avaliadores externos (artigo 4º)

1. Compete ao avaliador externo:

a) Proceder à observação de aulas nos termos previstos no artigo 9º;

Competências dos avaliadores externos (artigo 4º)

- b) Aplicar instrumentos de registo requeridos para a avaliação externa da dimensão científica e pedagógica, tendo por referência os parâmetros nacionais;

Competências dos avaliadores externos (artigo 4º)

- c) Proceder à avaliação das aulas observadas;
- d) Emitir parecer sobre o relatório de autoavaliação do docente relativamente às aulas observadas;

Competências dos avaliadores externos (artigo 4º)

- e) Articular com o avaliador interno o resultado final da avaliação da dimensão científica e pedagógica dos docentes sujeitos à avaliação externa.

Seleção dos avaliadores externos (artigo 5º)

1. O diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, procede ao recenseamento dos docentes que reúnam os requisitos previstos no artigo 2º, com a finalidade de preencher um formulário concebido para recolher a seguinte informação:

Seleção dos avaliadores externos (artigo 5º)

- a) Elementos legais de identificação do docente;
- b) Grupo de recrutamento;
- c) Escalão da carreira docente em que se integra;

Seleção dos avaliadores externos (artigo 5º)

- d) Formação académica em avaliação do desempenho docente e supervisão pedagógica;
- e) Experiência profissional em supervisão pedagógica, que integre observação de aulas;

Seleção dos avaliadores externos (artigo 5º)

- f) Horário escolar do docente anualmente atualizado.

Seleção dos avaliadores externos (artigo 5º)

2. O formulário é de preenchimento obrigatório por todos os docentes integrados no 4º escalão ou superior da carreira docente da escola que cumpram qualquer um dos requisitos previstos no nº 2 do artigo 2º;

Seleção dos avaliadores externos (artigo 5º)

3. Os elementos constantes do formulário devem ser validados pela escola de acordo com os documentos constantes do processo individual do docente;

Seleção dos avaliadores externos

(artigo 5º)

4

4. Ao docente que, por qualquer razão, não esteja interessado em desempenhar as funções de avaliador externo da dimensão científica e pedagógica no âmbito da avaliação do desempenho docente, assiste o direito de apresentar pedido de escusa da função através de pedido fundamentado ao diretor-geral da Administração Escolar.

Seleção dos avaliadores externos (artigo 5º)

5. A resposta ao pedido a que se refere o número anterior é proferida no prazo máximo de 15 dias úteis a contar da data da sua receção.

Seleção dos avaliadores externos (artigo 5º)

6. Após a validação de todos os formulários, a escola procede à elaboração de uma lista de candidatos por grupo de recrutamento e escalão da carreira docente;

Seleção dos avaliadores externos (artigo 5º)

7. Os formulários devidamente validados e as listas de avaliadores são remetidos pela escola aos diretores do CFAE do respectivo âmbito geográfico, que com eles constitui uma base de dados, tendo em vista a gestão futura de avaliadores externos.

Atualização dos avaliadores externos (artigo 6º)

1. O presidente do conselho administrativos de cada escola associada do CFAE envia ao diretor da bolsa de avaliadores externos até ao dia 30 de outubro de cada ano escolar:

Atualização dos avaliadores externos (artigo 6º)

- a) Uma cópia atualizada dos horários escolares dos docentes que integram a bolsa de avaliadores externos;

Atualização dos avaliadores externos (artigo 6º)

- b) Uma lista atualizada da bolsa de avaliadores externos com os docentes que, em consequência da mobilidade, de progressão na carreira ou de formação e experiência profissional entretanto adquirida, passem a reunir as condições requeridas no nº 2 do artigo 2º.

Atualização dos avaliadores externos (artigo 6º)

2. A mobilidade dos docentes de e para a escola ocorrida após a elaboração das listas de avaliadores externos deve ser comunicada pelo diretor ao coordenador da bolsa de avaliadores externos de modo a que este possa proceder à respetiva atualização.

Distribuição dos avaliadores externos e calendarização da avaliação (artigo 7º)

1. A atribuição do avaliador externo a cada docente avaliado na dimensão científica e pedagógica obedece aos seguintes critérios:
 - a) Pertencer ao mesmo grupo de recrutamento;

Distribuição dos avaliadores externos e calendarização da avaliação (artigo 7º)

- b) Estar integrado em escalão da carreira igual ou superior;
- c) Não exercer funções na mesma escola ou agrupamento de escolas.

Distribuição dos avaliadores externos e calendarização da avaliação (artigo 7º)

2. O coordenador da bolsa de avaliadores deve distribuir os avaliadores externos de modo a minimizar as distâncias percorridas.

Distribuição dos avaliadores externos e calendarização da avaliação (artigo 7º)

3. Até ao final do 3º período do ano escolar anterior em que decorrer a avaliação externa, o coordenador da bolsa de avaliadores externos elabora uma proposta de distribuição dos avaliadores a afetar a cada avaliado a qual requer a aprovação da comissão pedagógica do CFAE.

Distribuição dos avaliadores externos e calendarização da avaliação (artigo 7º)

4. A atribuição, no mesmo ano escolar, de mais de 10 docentes a um avaliador externo para efeitos da avaliação da dimensão científica e pedagógica, requer autorização expressa do serviço competente do Ministério da Educação e Ciência.

Distribuição dos avaliadores externos e calendarização da avaliação (artigo 7º)

4

5. Não existindo na bolsa de avaliadores externos de um determinado grupo de recrutamento, no âmbito geográfico do CFAE, docentes que satisfaçam os requisitos das alíneas a) e b) do nº 1, deve o coordenador da bolsa, sempre que necessário, solicitar aos CFAES mais próximos a indicação de um avaliador da sua bolsa de avaliadores externos.

Distribuição dos avaliadores externos e calendarização da avaliação (artigo 7º)

6. O disposto no número anterior requer a concordância, por escrito, do avaliador designado.

Distribuição dos avaliadores externos e calendarização da avaliação(artigo 7º)5

7. Depois de conhecidos os horários dos avaliadores, o coordenador da bolsa de avaliadores externos elabora até ao dia 30 de outubro o plano de calendarização das observações de aulas prevista no nº 4 e 5 do artigo 18º do Decreto Regulamentar nº26/2012, de 21 de fevereiro, do qual é dado conhecimento pelos meios mais expeditos ao respetivos avaliador, avaliado e diretor da escola.

Distribuição dos avaliadores externos e calendarização da avaliação (artigo 7º)

8. Para efeitos da observação de aulas prevista, no número anterior, ao avaliador externo apenas é permitido faltar a atividades letivas no quadro da alínea f) do nº 5 do artigo 13º do Despacho Normativo nº 13-A/2012, de 5 de junho e ou garantida a respetiva permuta, substituição por docente ou docente coadjuvante.

Comunicação e Impedimentos (artigo 8º)

1. Avaliador e avaliado podem apresentar ao
respetivo coordenador da bolsa de
avaliadores externos os impedimentos ou
escusas, previstos nos artigos 44º e 48º do
Código de Procedimento Administrativo.

Comunicação e Impedimentos (artigo 8º)

2. Ouvida a Comissão Pedagógica respectiva, a decisão sobre os incidentes referidos no número anterior compete ao coordenador da bolsa de avaliadores externos.

Comunicação e Impedimentos (artigo 8º)

3. Declarado o impedimento ou escusa do avaliador selecionado procede-se à sua substituição, mediante um novo processo de seleção.

Observação de aulas (artigo 9º)

1. A observação de aulas é obrigatória nas situações previstas no artigo 18º do Decreto Regulamentar nº 26/202, de 21 de fevereiro.

Procedimento administrativo da observação de aulas (artigo 10º)

1

1. A observação de aulas pelos avaliadores externos é realizada num dos dois últimos anos escolares, devendo o processo de avaliação de desempenho ficar concluído até ao fim desse ano escolar e nas seguintes condições:

Procedimento administrativo da observação de aulas (artigo 10º)

1

- a) Antes do fim de cada ciclo avaliativo para a generalidade dos docentes;
- b) No último ano escolar anterior ao fim do respetivo ciclo avaliativo, para os docentes integrados no 5º escalão.

Procedimento administrativo da observação de aulas (artigo 10º)

2

2. Para os efeitos previstos no número anterior, os docentes abrangidos pelo artigo 18º do Decreto Regulamentar nº 26/2012, de 21 de fevereiro, apresentam requerimento de observação de aulas ao respetivo coordenador da bolsa de avaliadores externos, até ao final do 1º período letivo do ano escolar imediatamente anterior ao da sua avaliação externa.

Procedimento administrativo da observação de aulas (artigo 10º)

3

3. Por mútuo acordo, avaliador e avaliado podem proceder a alterações na calendarização prevista no nº 7 do artigo 7º, dando do facto conhecimento ao coordenador da bolsa de avaliadores externos.

Procedimento administrativo da observação de aulas (artigo 10º)

3

5. A desistência da observação de aulas por parte de um docente que apresentou o requerimento previsto no nº 2, determina a obtenção de uma classificação máxima de *Bom* no respectivo ciclo avaliativo.

Procedimento administrativo da observação de aulas (artigo 10º)

3

4. Na impossibilidade de presença do avaliado, devidamente justificada e comunicada antecipadamente ao avaliador, deve este proceder à marcação de nova data para a realização da aula a observar.

Trabalho extraordinário dos avaliadores (artigo 11º)

1. A observação de aulas a efetuar no quadro da avaliação do desempenho docente processa-se em regime de trabalho extraordinário, sempre que se prolongue para além do horário normal de trabalho do docente avaliador.

Trabalho extraordinário dos avaliadores (artigo 11º)

2. Na sua deslocação o avaliador tem direito a ajudas de custo, nos termos da legislação aplicável.

Disposição transitória (artigo 12º)

1. A observação de aulas regulamentada pelo presente despacho normativo não é prejudicada pela vigência de disposições legais que temporariamente impeçam a progressão na carreira.

Disposição transitória (artigo 12º)

1

2. Para os efeitos referidos no número anterior e caso se verificasse a normal progressão da carreira docente, no ano escolar 2012-2013, consideram-se os seguintes períodos e momentos:

Disposição transitória (artigo 12º)

- a) Até final do 1º período letivo, apresentação dos requerimentos de observação de aulas a realizar no próprio ano escolar;

Disposição transitória (artigo 12º)

- b) Até ao final do mês de janeiro de 2013, conclusão e divulgação da seleção e distribuição dos avaliadores externos, bem como a calendarização e da avaliação da dimensão científica e pedagógica.